

O anticomunismo brasileiro e a afirmação de um passado recomposto

Ariel Cherxes Batista¹

Resumo: Neste artigo apresentaremos alguns elementos relacionados ao anticomunismo no Brasil. Nossa análise está baseada no fato de que ele faz parte de um passado que não passa. Afirmamos isto, pois foi possível observar que as práticas exercidas pelos mais variados grupos que repudiam e repudiaram o comunismo no Brasil são semelhantes, sendo diferentes apenas os elementos que as executaram e os períodos de suas ações, todavia o ideal de erradicar o comunismo da sociedade brasileira sempre permaneceu o mesmo.

Palavras –chave: Anticomunismo - Política brasileira - Imaginário Social

Abstract: In this article we will present some elements related to anticomunism in Brazil. Our analysis is based on the fact that it is part of a past that does not pass. We affirm this, because it was possible to observe that the practices practiced by the most varied groups that repudiate and repudiate communism in Brazil are quite similar, being different only the elements that executed them and the periods, however the ideal of eradicating the communism of Brazilian society remains the same.

Keywords: Anti-communism - Brazilian politics - Social imagery

“A função do historiador é lembrar a sociedade daquilo que ela quer esquecer”. Esta frase do historiador inglês Peter Burke, é bastante repetida quando são problematizadas questões referentes ao ofício do historiador e sua prática. Ao analisarmos a Ditadura-Civil militar que assolou o Brasil entre as décadas de 1960 e 1980, observamos como Burke estava certo ao proferir esta máxima.

Na política e sociedade brasileira atual, é possível observar uma diversidade de elementos e situações bastante análogas ao da Ditadura Civil-Militar brasileira um período que foi marcado por uma cultura política autoritária, pois vivíamos num Estado de Exceção em que vigorava a vontade dos Generais presidentes, principalmente após 1968 com o AI-5 que lhes dão plenos poderes, e sobretudo de conciliação política com elementos da sociedade civil. Serge Bernstein, nos propõe que a ideia de cultura política deve ser

¹ Licenciado em História pela UFES – Universidade Federal do Espírito Santo, desenvolve pesquisa sobre o anticomunismo brasileiro na atualidade no Grupo de estudos sobre a Ditadura Civil-militar brasileira sob orientação do professor Dr. Pedro Ernesto Fagundes.

concebida a partir da visão global de mundo, da evolução do lugar que o homem ocupa na sociedade, e do partilhamento de um conjunto de ideias por um grupo importante desta sociedade num dado momento de sua história. Segundo Berstein: “Os historiadores entendem por cultura política um grupo de representações portadoras de normas e valores que vão muito além da noção reducionista de partido político”. (BERSTEIN, 1999, p. 32)

Portanto é debruçando sobre estas ideias que conseguimos observar na história do Brasil Republicano a partir da década de 1930, uma cultura política marcada com traços de autoritarismo e de anticomunismo.

A cultura política do Brasil pós década de 1930 é anticomunista e autoritária, pois um dos pretextos para o empreendimento do golpe de estado em 1964 é o impedimento que o comunismo assola o país mediante a política empreendida pelo presidente João Goulart que foi deposto, mesmo que este nunca houvesse se declarado comunista. Iremos analisar mais a fundo a seguir, o golpe de Estado feito por Getúlio Vargas em 1937 para iniciar o Estado Novo e o golpe parlamentar dado em Dilma Rousseff no ano de 2016 que tiveram como cenário o Comunismo vindo assolar o Brasil com suas mazelas. Todavia o mais curioso, falando em uma linguagem mais direta é o fato de que tanto em 1937, quanto em 1964 e atualmente em 2016, nenhuma destas ações comunistas denunciadas e temidas pela sociedade brasileira ocorreram, elas jamais existiram. O comunismo brasileiro em nenhum momento de nossa história foi superior politicamente ou mesmo tomou o poder utilizando-se de métodos revolucionários, mas sempre foi fruto de intensa oposição. Enquanto produzíamos este artigo uma notícia de jornal nos fez voltar no tempo e ilustra bem a ideia do anticomunismo ainda presente em nossa cultura política. O deputado Eduardo Bolsonaro do PSC -SP, filho do pré-candidato à presidência da república para o pleito de 2018, Jair Bolsonaro PSC – RJ, criou um projeto de lei que propõe a criminalização do comunismo. A proposta do deputado possui como objetivo modificar as Leis Antirracismo e Antiterrorismo punindo qualquer indivíduo que faça apologia ao Comunismo ou se mostre favorável a este doutrinamento político com reclusão de dois a cinco anos ou multa². Nossa constituição defende a liberdade de ideias, sendo assim esta proposta de projeto apresenta incompatibilidade com carta magna brasileira. Caso este projeto passe na câmara, os partidos comunistas voltariam a ilegalidade assim como

² “Em projeto de lei, filho de Bolsonaro propõe criminalização do comunismo”. Estadão (versão on line), 25 de julho de 2017.

ocorreu no final da década de 1920 e também em 1947. Ou seja, em toda a sua trajetória ambos os partidos comunistas brasileiros PCB e PC do B, viveram mais tempo na clandestinidade do que em ação livre. A seguir explanaremos sobre períodos de oposição ao comunismo no Brasil, todavia com o fato que acabamos de apresentar já podemos chegar a uma primeira conclusão de que a oposição e o temor ao perigo vermelho ainda não findaram.

Breve histórico de oposição anticomunista no Brasil republicano

O comunismo no Brasil sempre foi visto como uma ameaça e em três momentos da história de nossa república ações comunistas temidas e delatadas pela opinião pública afastaram o “perigo vermelho” da sociedade brasileira.

Em 1937 isto ocorre, pois, o comunismo foi posto na ilegalidade, e as ações comunistas eram duramente reprimidas pela política Vargasista.

No período que antecede a 1964 não ocorreram ações políticas de cunho comunista, pois mesmo o presidente Goulart sendo aliado a elementos comunistas, suas práticas eram derivadas do Trabalhismo Vargasista, e também do Nacional-Desenvolvimentismo, típicos do momento populista brasileiro entre 1946 e 1964. Devemos também nos ater ao fato de que o Comunismo era uma prática ilegal no Brasil desde 1947 por conta dos desdobramentos da Guerra Fria, empreendida entre Estados Unidos e União Soviética. O presidente Dutra alinha-se com os americanos e como todos os países do bloco capitalista repudia as práticas ligadas ao comunismo. É neste período que a ALN – Aliança Nacional Libertadora comandada por Luís Carlos Prestes e o PCB – Partido comunista Brasileiro são colocados na ilegalidade.

Ainda sobre o presidente João Goulart, vale ressaltar que ele era filiado ao PTB, partido criado por Vargas e que tinha como ideia principal o não alinhamento com países estrangeiros e a política trabalhista. Dois elementos fizeram com que a opinião pública taxasse João Goulart de comunista, uma viagem feita por ele à China nos idos de 1960 já aberta ao Comunismo de tipo Maoísta e as várias reformas empreendidas pelo presidente em variados setores da sociedade, como por exemplo o ensino superior com a reforma universitária, a economia com a reforma tributária e a que mais escandalizou a oposição que o queria derrubar, as Reformas de Base que mudariam a situação agrária do país e

que tinham como principal liderança o advogado e parlamentar, Francisco Julião³ com as Ligas Camponesas⁴.

Em 2016 o anticomunismo é presente, porém possui uma nova roupagem, a sociedade política brasileira neste momento não é anticomunista como nos dois períodos anteriores, mas Antipetista. O PT, Partido dos Trabalhadores, criado em 1980 e derivado do esquerdismo revolucionário das greves do ABC paulista no final da Ditadura Civil-Militar e de movimentos políticos e sociais opostos a este período obscuro da história brasileira, governou o Brasil por cerca de 14 anos, entre 2003 e 2016 com dois mandatos consecutivos de Luís Inácio Lula da Silva e um mandato seguido de uma reeleição da primeira mulher presidente do Brasil, Dilma Rousseff. Os ideais tidos como comunistas fizeram parte da estruturação, criação e desenvolvimento do PT⁵, porém no decorrer de sua trajetória o partido passou por transformações, cisões e rupturas. Os governos Lula e Dilma na análise de especialistas em política de certa forma estavam mais associados ao Neoliberalismo que foi implantando no Brasil por Sarney, primeiro presidente civil, pós ditadura do que ao Socialismo ou mesmo o Comunismo como são taxados por alguns setores da opinião pública brasileira.

A política neoliberal no Brasil foi amplamente difundida no governo Collor, e durante a década de 1990 os presidentes Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso permaneceram utilizando-se deste aparato econômico. Podemos dizer que além de Neoliberal os governos petistas de Lula e Dilma também podem ser considerados assistencialistas, pelo desenvolvimento da política de concessão de bolsas e projetos sociais em benefício às camadas médias e baixas da sociedade brasileira. Ou seja, o PT dá uma nova roupagem ao Neoliberalismo, agregando a ele o assistencialismo.

³ Francisco Julião Arruda de foi um advogado, político e escritor brasileiro. Nascido no Engenho Boa Esperança, no agreste pernambucano. Formou-se em direito no ano de 1939, em Recife, e foi líder em 1955 das Ligas Camponesas que possuíam como objetivo lutar pela distribuição de terras e de direitos para os camponeses.

⁴ As Ligas Camponesas foram organizações de camponeses formadas pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) a partir de 1945. Foi um dos movimentos mais importantes em prol da reforma agrária e da melhoria das condições de vida no campo no Brasil. Elas foram abafadas depois do fim do governo de Getúlio Vargas e só voltaram a agir em 1954, inicialmente no estado de Pernambuco, e posteriormente na Paraíba, Rio de Janeiro e em Goiás. As Ligas Camponesas exerceram intensa atividade até a deposição de João Goulart, em 1964.

⁵ Mais sobre a trajetória do Partido dos Trabalhadores: OLIVEIRA, Ueber José de, PEREIRA, Valter Pires. **O PT na institucionalidade democrática brasileira**. Vitória: GM Editora, 2011.

O Neoliberalismo petista estava baseado na conciliação, pois: “[...] a ascensão de Lula e do PT ao poder, (foi) viabilizada por aliança reunindo forças de esquerda e direita”. (MOTTA, 2009, p. 31) O personalismo ou mesmo a conciliação e flexibilidade são elementos sempre presentes na Cultura política brasileira. O que ocorreu em 2016 foi o esfacelamento da conciliação política arquitetada pelo PT com elementos da direita brasileira. A sustentação do Partido dos Trabalhadores na presidência apoiada no pacto de governabilidade muitas vezes citado por Lula e Dilma influenciaram para que um golpe parlamentar ocorresse no Brasil utilizando-se as vias da legalidade. Este golpe possuiu como pano de fundo a efervescência de setores opostos do Lulismo, termo criado pelo cientista político André Singer, e também ao petismo em manifestações empreendidas em diversas capitais brasileiras e que assim como em 1964 denunciavam a iminência do terror comunista no Brasil.

Antes do golpe civil militar em 1964 setores conservadores da sociedade brasileira fizeram algumas marchas denominadas de Marchas da família com Deus pela democracia em várias cidades brasileiras. Em 2015 e 2016, antes do Impeachment ser votado no Congresso Nacional e no Senado federal, espalham-se pelo Brasil manifestações contrárias a Lula, ao PT, a Dilma e ao Comunismo. A seguir apresentaremos duas imagens em que fizemos um paralelo entre uma manifestação nos idos de 1964 e atualmente em 2016. Nas duas imagens observamos cartazes repudiando a Revolução Cubana ocorrida em 1959 com inspirações socialistas. O temor apresentado nestes cartazes com dizeres semelhantes em ambas às épocas está associado a chegada de uma presença comunista no Brasil. No imaginário social dos dois momentos, ambos os presidentes, João Goulart e Dilma Rousseff governam tendo como base a doutrina comunista. Curiosamente, como já dito acima as duas imagens são diferentes na temporalidade, mas trazem a mesma ideia, o anticomunismo.



Marcha da Família com Deus pela democracia em São Paulo – SP no dia 19 de março 1964.



Manifestação “Fora Dilma!”, na orla de Copacabana, RJ no dia 15 de março de 2015.

Para finalizar esta parte sobre as bases e atualidade do anticomunismo no Brasil, buscamos como apoio a ideia desenvolvida pelo professor Rodrigo Patto Sá Motta de que: “[...] a *ameaça anticomunista* serviu como pretexto para justificar golpes autoritários, reprimir movimentos populares, garantir interesses imperialistas ameaçados pelas campanhas nacionalistas, ou seja, manter inalterado o *status quo*” (MOTTA, 2002, p. 24).

Em suma, podemos dizer que o imaginário anticomunista no Brasil, esteve presente em 1937 no Estado Novo, permaneceu inalterado no período populista entre 1946 e 1964 colocando os comunistas na ilegalidade, atravessou o período militar em que os expurgos e medidas repressivas combatiam impetuosamente opositores ao regime principalmente os comunistas e como vimos o golpe se dá entre outras coisas pelo pretexto de uma incidência comunista no Brasil.

Nossa Transição democrática após a Ditadura Civil-Militar brasileira só é finalizada em 1989 quando ocorreram eleições diretas em que a população elege um civil para presidente. Entretanto, observamos que elementos do imaginário anticomunista brasileiro construídos no período ditatorial ou até antes dele ainda se fazem presentes na atualidade. Estes ideais de certa forma, contribuíram para que a opinião pública brasileira apoiasse o golpe parlamentar que ocorreu em 2016.

O anticomunismo na atualidade: a história politicamente incorreta

Nossas ponderações a respeito da atualidade em comparação com os anos de ditadura estão apoiadas no que podemos chamar de História do Tempo Presente que usamos como norteadora desta pesquisa. Como já analisamos o anticomunismo ainda é bastante real nos nossos dias, mesmo que ele seja um elemento do passado também está inserido no presente. Pois quando o historiador desenvolve uma história tida como recente, está se colocando: “[...] à escuta do presente para iluminar uma volta para o passado, (buscando) evitar os efeitos não dominados do eco entre esses dois níveis” (SIRINELI, p. 91. In: CHAVEU; TÉTART, 1999).

Pierre Vidal Naquet ao tratar do negacionismo em seu livro *Os assassinos da memória*, argumenta o seguinte: “Diante de um Eichmann de papel deve se responder com papel”.

(VIDAL-NAQUET, 1988, p. 114) A alusão a Eichmann⁶ nesta frase remete a ideia desenvolvida por Hannah Arendt sobre a Banalidade do mal, no livro *Eichmann em Jerusalém*.

Quando um indivíduo comum, o que nossa sociedade atual chamaria de “cidadão de bem”, comete barbaridades com seu próximo e enxerga os atos que executou apenas como obrigação e não como perversidade, ocorre o que podemos definir *a priori* como Banalidade do mal. Podemos dizer então a partir do exposto, que quando a maldade é banalizada, ela se manifesta apenas aonde encontra espaço institucional para isso, geralmente em razão de uma escolha política. Em suma, ela se instala a partir da vulgarização da violência.

O repúdio ao comunismo atualmente assim como foi a banalidade do mal de certa forma é vulgarizado. Uma das práticas utilizadas pelos anticomunistas era a deturpação de ícones políticos ligados ao comunismo os associando a diversos tipos de mazelas como doenças, anomalias e até mesmo ao demônio. Além disso, mentiras sempre foram proferidas e ganhavam peso na opinião pública.

Em 1937, quando Getúlio Vargas institui o plano Cohen, o sucesso de seu discurso se dá pela ameaça comunista que invadiria o Brasil, o que de fato nunca aconteceu. Variados setores da opinião pública no período anterior ao impeachment de Dilma Rousseff espalhavam boatos de que médicos cubanos do programa do governo federal “Mais médicos” eram na verdade revolucionários cubanos infiltrados no Brasil a mando do Castrismo⁷ para implantar uma ditadura comunista no Brasil. Estes episódios ocorridos no decorrer de nossa história política são exemplos que confirmam a ideia de que: “[...] em história política uma ideia falsa vira depressa um fato verdadeiro” (JEANNENEY, p. 218. In: REMOND, 2003).

⁶ Eichmann, carrasco nazista participou da matança de milhares de judeus e em seu julgamento confessou ter desenvolvido as execuções por ser uma necessidade alemã para a época e também por conta de ordens superiores. A história de seu julgamento e os detalhes relacionados aos seus atos estão expostos no livro: ARENDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. Tradução de José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999 (1ª ed. norte-americana 1963).

⁷ Castrismo é a designação coloquial do ramo da teoria política para o sistema político e econômico socialista implementado em Cuba por Fidel Castro após a Revolução cubana em 1959 que depôs o General Fulgêncio Batista do poder em Cuba. Este termo é mais comumente empregado por detratores do regime socialista cubano.

No anticomunismo brasileiro atual um elemento bastante em voga tem sido a literatura politicamente incorreta. O jornalista Leandro Narloch, ex-repórter da revista *Veja* e ex-editor das revistas *Superinteressante* e *Aventuras na História* escreveu alguns livros em que possui como objetivo principal desenvolver um novo tipo de história, diferente da habitual historiografia tradicional ensinada nas escolas e também nas universidades, são os famosos Guias politicamente incorretos da história do Brasil, da América Latina e do Mundo. Neste artigo vamos nos ater em alguns aspectos da edição ampliada do Guia politicamente incorreto da História do Brasil.

Em entrevista ao jornalista e comediante Danilo Gentili em 10 de agosto de 2013 no programa *Agora é Tarde*, Narloch explicou um pouco de suas ideias ao desenvolver estes livros e também sua tiragem. Em 2013 a 1ª edição do Guia politicamente incorreto da história do Brasil já possuía 450 mil exemplares vendidos. Não possuímos como objetivo neste artigo, construir uma visão maniqueísta em relação a produção deste jornalista, mas explicar nuances do ponto de vista da historiografia e da história ensinada que não estão em conformidade com definições, terminologias e ideias desenvolvidas no meio historiográfico acadêmico. Além disso, chegamos à conclusão com a leitura do livro de que ele permeia ao anticomunismo.

Na orelha do livro e em sua introdução conseguimos destacar o primeiro traço de anticomunismo latente nesta produção. Segundo o autor os professores que ensinam história atualmente são todos militantes comunistas e o objetivo de seu livro é romper com esta "história de esquerda" trazendo acertos dos que são lembrados apenas como "vilões". Além disso, o autor busca apontar erros do que são lembrados porque acertaram. Neste fato é interessante destacar que boa parte dos lembrados por acertar são todos ícones da esquerda ou em muitos casos cultuados pela esquerda política por suas ações na História, e por conta disso Narloch procura apontar em sua produção falhas destes elementos históricos.

Em relação a este objetivo do autor temos três críticas, a primeira, não se usa exatidão e generalizações na história, o máximo que podemos utilizar, são estimativas relacionadas a certos pontos e não a completa imobilidade relacionada ao que foi problematizado. O que temos divulgado sobre a história da humanidade atualmente, não é a sua totalidade, mas sim vestígios encontrados em fontes.

Para a história não importa a vida pessoal ou o apontamento de erros dos ícones históricos, mas sim as ações desempenhadas por eles para quebra de algum paradigma ou mesmo padrão de sua época com consequências para a sociedade. Segundo Bloch: “A história mal-entendida, caso não se tome cuidado, seria muito bem capaz de arrastar finalmente em seu descrédito a história melhor entendida”. (BLOCH, 2002, p.42)

Em outras palavras, a história politicamente incorreta coloca em depreciação a história oficial, enaltece o passado que não passa e com seu sucesso se transforma em porta voz no jogo político de um grupo que prefere que a sociedade não se lembre de seu passado conturbado. Vale ressaltar, que o objeto de estudo da história é o homem e por este motivo os ícones são passíveis de erros. Não existe alguém totalmente bom ou mal na história, são todos seres humanos que entre erros e acertos a partir de suas ideologias, visões de mundo e engajamento contribuíram para a construção da história.

Nossa segunda crítica vem ao fato de que ao desenvolver uma sequência histórica, não podemos ser juízes apontando quem errou e acertou, ao escrever a história devemos apenas mostrar os fatos, e não os julgar. Isto porquê: “Esquecemos que um juízo de valor tem sua única razão como preparação de um ato e com sentido apenas em relação a um sistema de referências morais, deliberadamente aceito” (BLOCH, 2004, p. 126). Em suma, as convicções pessoais de quem escreve a história não devem ser transparentes.

Por fim nossa terceira crítica vem ao fato de Narloch desconhecer dois fatores o primeiro: como ocorre um curso para formação de professores de história que em sua diretriz curricular criada pelo MEC⁸ possui uma infinidade de objetivos e parâmetros, que não possuem nenhuma ligação com algum tipo de formação comunista, esquerdista ou mesmo marxista.

À guisa de conclusão, podemos dizer que Narloch não sabe nem mesmo sobre comunismo e demonstra o mesmo temor que as sociedades das décadas de 1930 e 1960 tinham do Comunismo no Brasil. “Os estereótipos produzidos nestes materiais culturais quanto ao professor de história subentendem determinada posição política, mesmo que se digam “sem ideologias” e apontem a ideologia do *Outro*”. (RAMOS, 2016, p. 120)

⁸ Mais sobre isso: DIRETRIZES CURRICULARES DOS CURSOS DE HISTÓRIA - CNE/CES 492/2001 (p. 5-9) ou CNE. Resolução CNE/CES 13/2002. Diário Oficial da União, Brasília, 9 de abril de 2002. Seção 1, p. 33.

O repúdio a uma determinada ideologia mostra temor a ela. Não cabe a nós julgar o autor por suas ideias pessoais, mas na construção do debate acadêmico a discordância a análise do discurso é um dos elementos chave quando alguma linha de pensamento é analisada.

Considerações finais

Neste artigo buscamos desenvolver uma explanação sobre o desenvolvimento da ideia anticomunista no Brasil e conseguimos chegar à conclusão de que a cultura política brasileira tem nuances anticomunistas desde meados da década de 1930 e que estas ainda são presentes na atualidade. Variados acontecimentos desde A Era Vargas confirmam nossa análise.

O anticomunismo brasileiro tem sucesso pela atuação da opinião pública. Como cidadãos de um país marcado pela sua frágil democracia, devemos analisar o pensamento da opinião pública para que os fatos reproduzidos por ela nem sempre virem verdade. Os expurgos ao Comunismo em muitas ocasiões da história de nosso país lograram sucesso pela ação desempenhada pela opinião pública. Não podemos negar que o Comunismo representou um perigo real à população brasileira no sentido de ter como um de seus objetivos a instauração de uma ditadura aos moldes de sua ideologia, o que foi inclusive defendido por lideranças comunistas.

Todavia, em nenhum momento de nossa história isso ocorreu e dirimir este possível “mal” comunista com medidas repressivas, por exemplo duas ditaduras, a do Estado Novo de 1937 a 1945, e a Civil-Militar de 1964 a 1985, de certa forma torna a oposição anticomunista elucidada neste artigo, suja. Atualmente, ainda acompanhamos debates inflamados contra o Comunismo utilizando da mesma deturpação destes períodos sombrios de nossa história. Devemos ter em mente, que: “A recuperação do passado é indispensável, o que não significa que o passado deve reger o presente, pois se isto ocorrer, ele fará do passado o uso que preferir”. (TODOROV, 1995, p. 25)

O discurso anticomunista brasileiro conduz o presente reafirmando em seus aspectos e práticas um passado que não passa. Esta recomposição do passado influencia para o não desenvolvimento de nossa sociedade, em diferentes épocas tivemos como preocupação principal de parlamentares o fim do comunismo, que na maior destes períodos já estava inclusive desmobilizado, em contrapartida, a preocupação inicial que deveria ser melhores condições de vida para a população perpassou e permanece em segundo plano. Neste sentido é nosso dever conservar viva a memória referente ao passado, não para

revivê-lo, mas sim para estar alerta frente a novas situações que valorizam ou que colocam em questão fases horrendas ultrapassadas por nossa sociedade. Que ao invés do perigo vermelho a fome, a miséria, as mazelas sociais e falta de desenvolvimento em nossa país sejam de fato repudiadas por nossos governantes e também pela opinião pública, pois apenas desta maneira conseguiremos deixar o passado e apenas lembraremos dele para jamais repeti-lo.

Referências

ON LINE

CNE/CES 492/2001 - Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia.

<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>

Acesso em 26/07/2017 às 20:15h.

CNE. Resolução CNE/CES 13/2002. Diário Oficial da União, Brasília, 9 de abril de 2002. Seção 1, p. 33.

<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES132002.pdf>

Acesso em 26/07/2017 às 20:20h.

Jornal o Estado de São Paulo – Estadão (versão on line)

<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,em-projeto-de-lei-filho-de-bolsonaro-propoe-criminalizacao-do-comunismo,70001903191>

Acesso em 26/07/2017 às 19:37h.

BIBLIOGRAFIA

BERSTEIN, Serge. **Culturas políticas e historiografia**. In: AZEVEDO, Cecília [et al]. **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

BLOCH, March. **Apologia da história, ou O ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2001.

CHAVEAU, Agnes.TÉTART, Philippe (orgs.). **Questões para a história do presente**. São Paulo: Edusc, 1999.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o “Perigo Vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917 – 1964)**. São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002.

NARLOCH, Leandro. **Guia politicamente incorreto da história do Brasil**. São Paulo: Leya, 2011.

RAMOS, Márcia Elisa Teté. **O mau professor de história segundo os “guias politicamente incorretos de história**. In: *Fronteiras: Revista de História* | Dourados, MS | v. 18 | n. 31 | p. 99 - 122 | Jan. / Jun. 2016.

REMOND, René (Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

TODOROV, Tzvetan. **Los abusos de la memoria**. Paris: Arléa, 1995.